



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

243ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

10 A 11 DE SETEMBRO DE 2015

ATA

1 Às quatorze horas, do dia dez, do mês de setembro, do ano de dois mil e quinze, em
2 Brasília, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do
3 Adolescente (Conanda), em sua Ducentésima Quadragésima Terceira Assembleia
4 Ordinária, sob a Vice-Presidência do Sr. Carlos Nicodemos, Conselheiro da
5 Sociedade Civil, representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos
6 (MNDH), abriu a assembleia cumprimentando a todos e a todas conselheiro e em
7 seguida apresentou a pauta desta assembleia e o resumo executivo da 242ª
8 Assembleia para apreciação. Não havendo considerações, ambos foram aprovados.
9 Antes do início da ordem do dia, o conselheiro Fabio Paes, pediu questão de ordem
10 e expôs a situação do líder indígena que havia sido convidado para a Assembleia do
11 Conanda, mas que não tinha sido confirmada ainda a emissão de sua passagem.
12 Nesse sentido, alguns conselheiros se manifestaram sobre a importância da
13 presença do indígena na Assembleia e pediram que a SDH/PR providenciasse a sua
14 vinda. O Conselheiro Rodrigo Torres, em resposta, explica que não houve nenhuma
15 manifestação contrária a participação do indígena e informou que a o Plano de
16 Convivência Familiar e Comunitária Indígena seria assinado no Estado do Mato
17 Grosso do Sul com o objetivo de aproximar mais ainda o plano da realidade local.
18 Por fim, disse que tentaria, enquanto SDH, viabilizar a presença do indígena
19 convidado. Vice-Presidente Carlos Nicodemos informou que não faz convite informal
20 na condução do processo pela vice-presidência e se existe uma questão política de
21 trazer apenas uma representação de uma etnia e não trazer apenas uma

22 representação de uma etnia e não trazer as demais cabe a discussão da
23 necessidade na parte da tarde na assembleia do dia 11/09 e considere a vinda do
24 representante com encaminhamento da Secretaria de Direitos Humanos.
25 Conselheira Maristela questiona o conselheiro Rodrigo Torres as providências que a
26 Secretaria de Direitos Humanos pode tomar junto a FUNAI para a vinda desse
27 representante; Rodrigo Torres surpreende-se com a deliberação esta semana,
28 disse que houve as reuniões e não foi deliberado esta semana, dificultando os
29 tramites internos. Os órgãos convidados deveriam apresentar hoje as políticas em
30 curso, assim foi feito o convite; se a preocupação é a região do Mato Grosso do Sul
31 a reunião deveria ser feita no estado; Conselheiro Vitor compreende o conselheiro
32 Rodrigo por ter uma representativa consubstancia e questiona quais etnias existem
33 no local e as que não foram chamadas, pois o seu conhecimento são duas etnias, e
34 a convidada é a que sofre violação; Carla Rodrigues, Presidente do Conselho
35 Estadual de Mato Grosso do Sul, disse que o conselho atendeu o pedido do
36 Conanda e o indígena aguarda a vinda para Brasília e já saio da sua localidade;
37 Conselheira Samia em resposta ao conselheiro Vitor diz que são oito etnias no
38 estado do Mato Grosso do sul e relata os descaso do governo diante do genocídio,
39 diz que não existem maneiras para negociação; o Ministro da justiça foi
40 desrespeitado e os ânimos se acirram; reforça a importância da representação da
41 etnia na assembleia de onze de setembro; Conselheiro Carlos Nicodemos segue
42 com os encaminhamentos, solicita atendimento ao pedido da sociedade civil quanto
43 a vinda na assembleia de onze de setembro e o Conselheiro Rodrigo providenciará
44 a presença do indígena. Às quinze horas e quinze minutos até às dezesseis horas
45 prossegue a pauta legislativa com a Conselheira Heloisa, Coordenadora da
46 Subcomissão de Incidência Parlamentar; o conselheiro Carlos Nicodemos divulga o
47 lançamento da revista Cuidar e o conselheiro Fabio Paes apresenta a revista;
48 retorna a fala ao conselheiro Carlos Nicodemos que convida Marcelo Nascimento
49 para apresentação do estado da arte do processo unificado de escolha dos
50 conselheiros tutelares e após o conselheiro Carlos Nicodemos abre para as
51 considerações; Conselheiro Rubens pede esclarecimentos em relação a formação,
52 capacitação e como procede; Marcelo Nascimento diz que avança os diálogos para
53 formação em EAD com Ministério da Educação; Conselheiro Rubens ressalta que é
54 um momento importante para divulgação dos Direitos Humanos das Crianças e

55 Adolescentes e por isso dar ênfase nesse tema; Carlos Nicodemos sugere ampliar
56 com os 25 anos do ECA para abrir um debate na matriz em educação e Direitos
57 Humanos de Criança e Adolescentes com o MEC e disponibilizar a disciplina nas
58 escolas; seguiu com encaminhamento de solicitar agenda de trabalho no MEC para
59 debater a matriz e impulsionar o conteúdo; Conselheiro Hélio relata que em Recife
60 os conselheiros entraram com mandato de segurança para suspender a eleição
61 alegando que estão sem fiscalização para habilitação e eleição e em seguida
62 questiona a posição do Conanda quanto a ausência de fiscalização; Conselheiro
63 Vitor pergunta se está saindo da SDH algum processo de divulgação para a eleição
64 e solicita encaminhar a mesa para que façam um avaliação mais aprofundada
65 dessa ação; Marcelo Nascimento responde que em Recife tem crise crônica desde
66 outros processos e a campanha nacional demanda de recursos não disponíveis pelo
67 governo, mas está em busca de parcerias com as emissoras de TV, universidades,
68 rádios comunitárias, redes sociais e além da rede da SDH; O conselheiro Hélio
69 informa que tem experiência prática com os conselheiros, e a desqualificação feita
70 pelo Marcelo Nascimento não contribui no processo e solicita retratação; Marcelo
71 Nascimento explica que desconhece o conteúdo e não pode fazer juízo de valor,
72 mas isso pode impulsionar de forma negativa e corrige o que foi dito; O conselheiro
73 Ananias informa que no estado de Minas Gerais não haverá urna eletrônica e alguns
74 municípios não farão as eleições no dia 04 de outubro e questiona o posicionamento
75 da SDH; a Conselheira Miriam pergunta sobre a coordenação do processo e se
76 qualquer processo será feito na justiça eleitoral; Marcelo Nascimento responde que
77 qualquer processo deve dar entrada na justiça estadual e o Ministério Público no dia
78 5 de outubro ao verificar que o município não fez a eleição entre com uma ação para
79 ser feito posse em janeiro; O conselheiro Carlos Nicodemos segue com os
80 encaminhamento: agendar reunião com Renato no Ministério Público e elaborar um
81 instrumento de avaliação desse processo nacional na assembleia de outubro;
82 Conselheiro Antonio Jorge faz a relatoria da CMF: autorização da campanha nas
83 redes sociais, que o horário das eleições é recomendado das 8h às 17h e os
84 debates sejam feitos com a participação de todos os candidatos; O Conselheiro Vitor
85 comunica que alguns municípios já estão utilizando as recomendações mas os
86 municípios estão livres para acatar ou não; Conselheiro Mauro questiona a
87 participação do Conanda no acompanhamento das capitais; Maristela solicita o

88 esclarecimento quanto aos horários diferenciados de cada município e vislumbra
89 problemas; Miriam por questão de ordem, concorda com a Maristela quanto a
90 orientação e pergunta se o Conanda faz plantão nos dias da eleição e onde irão
91 recorrer; Antônio Jorge justifica que o horário foi recomendado de 8h às 17h pois os
92 conselhos estão em dúvida; Marcelo Nascimento diz que a recomendação foi
93 colocada e discutida no GT porque estão surgindo muitas dúvidas dos horários e por
94 este motivo foi recomendado; Vitor acrescentou que os que estabeleceram o horário
95 que sigam, e os que não segue o recomendado; A proposta do conselheiro Vitor foi
96 votada e aprovada com a ressalva de respeitar normas e legislação local; A
97 conselheira Heloisa questiona se a SDH estará de plantão no dia da eleição;
98 Marcelo Nascimento que a SDH está desenhando ainda como será feito no dia, mas
99 a proposta sugerida ao Secretário e ao Ministro a necessidade do plantão e a
100 estrutura para atender; Segue o encaminhamento que o CMF desenhe uma
101 proposta de plantão e submeta por e-mail aos conselheiros; O conselheiro Jordelino
102 sugere que se defina na plenária a proposta de plantão da SDH; Vitor responde que
103 a CMF está à disposição para a construção, mas necessita de um fluxo bem
104 desenhado para evitar conflitos nas respostas das centrais e que a SDH apresente a
105 proposta primeiro, do plantão, para depois a CMF fazer a dela; Marcelo Nascimento
106 fará proposta em uma semana para envio aos conselheiros; o conselheiro Ananias
107 disse que vai acatar as recomendações da SDH e solicita agilidade no
108 encaminhamento e sugere construir o processo de eleição com o Tribunal Eleitoral
109 Regional do estado; Carlos Nicodemos informa que em relação a solicitação do Vitor
110 da identificação dos conselheiros, ainda não há um consenso quanto ao tema, uma
111 sugestão será o envio da portaria de nomeação ou a secretaria executiva do
112 Conanda emite uma declaração de conselheiro; Antonio Jorge reforça a importância
113 da identificação de conselheiro; Carlos Nicodemos encaminhará a mesa diretora
114 para novo debate; A coordenadora-geral do Conanda Maria Gutenara esclarece que
115 esta pauta da identificação será dada no momento que a Secretaria Executiva for
116 provocada, e zelará pela institucionalidade dele; Carlos Nicodemos remete ao voto e
117 declara aprovada a proposta. Segue a pauta do legislativo com a palavra da
118 Conselheira Heloisa que se refere à redução da maioria penal, a PEC 115/2015
119 foi encaminhada ao Senado para análise, não foi pensada a outra já existente, PEC
120 33 e informa que está monitorando na CCJ, e que o melhor é que tramitem em

121 separado, e o mapeamento de todos os senadores já está disponibilizado a partir de
122 informações da mídia, quantos são favoráveis ou não a redução. Informa também
123 que o aumento de tempo de internação foi autorizado a criar uma nova comissão
124 especial que está aguardando prioridade política, praticamente pronta e a PEC 18,
125 da redução da idade para o trabalho, desde 2011 vem tentando não estar na pauta,
126 mas há uma propensão a provar na CCJ; Conselheira Miriam disse que uma das
127 pautas na reunião do TST na qual participou teve o encaminhamento da campanha
128 favorável a aprendizagem e a questão da redução da idade para trabalho está
129 propensa pelo Deputado Esperidião Amim; Conselheiro Edmundo manifestou sua
130 preocupação com a redução da maioria penal e fala sobre a manifestação do MJ
131 que se diz contrário a redução, mas não na prática; Carlos Nicodemos sugere fazer
132 aproximação com os senadores em nome do Conanda para sensibiliza-los em
133 conjunto a Heloisa e em relação ao apontamento do Edmundo, sugere que envie um
134 ofício ao MJ sobre a redução da maioria e da idade para o trabalho. Segue
135 votado e aprovado os encaminhamentos; Conselheiro Ananias sugere uma proposta
136 de produzir uma nota ampliada para direcionar a câmara dos deputados sobre o
137 aumento do tempo de internação; Sem apreciações, votado e aprovado os
138 encaminhamentos; Conselheira Miriam sugere insistir na implantação de uma CPI
139 sobre os centros de internação em meio fechado no Brasil; Heloisa explica a
140 dificuldade de implantar uma CPI; Magali afirma que quanto a matéria da CPI pode
141 significar um problema para o SINASE; Renato concorda com a conselheira Miriam e
142 relata suas visitas in loco do que observou e que sente falta das inspeções do
143 Conanda aos centros; Carlos Nicodemos solicita enviar ofícios para os conselhos
144 estaduais, especialmente aqueles que os conselheiros nacionais tem base,
145 reforçando a necessidade de audiência pública; Segue os encaminhamentos: dois
146 relatores para elaborar as duas notas, aberto para nomeação dos voluntários
147 Conselheiros Edmundo e Douglas para as duas notas com prazo de 15 dias para
148 submeter aos conselheiros por e-mail e debate na próxima assembleia. No horário
149 das dezesseis horas às dezoito e trinta segue as pautas da Mesa Diretora,
150 Comissões Permanentes e Comissão Organizadora da Conferência. Iniciou com a
151 mesa diretora e apresentação do voto relativo ao pedido de vista do conselheiro
152 José Carlos sobre a proposta de criação de comissão de avaliação do Sinase;
153 Heloisa sobre a questão comissão concorda com a maioria dos votos, mas diz que

154 faltou incluir do legislativo e chamar para o processo de fiscalização da política da
155 infância, a SDH deverá fazer a avaliação como principal gestora mas com a
156 participação do Conanda no que lhe cabe; Francisco fala sobre a importante
157 ampliação da avaliação, para que não perpassse dois processos porque precisa ter
158 caráter de independência, sugere que preserve a SDH deverá fazer a avaliação
159 como principal gestora mas com a participação do Conanda no que lhe cabe; Fabio
160 Paes sugere pautar na ata a elaboração de um protocolo de relatorias permanentes
161 e nova proposta metodológica; Rodrigo Torres complementa a fala com a
162 necessidade de colocar o Conanda num papel maior no acompanhamento do
163 Sinase, fazer a fiscalização, avaliação e monitoramento do Sinase e afirma no
164 parágrafo 4º que cabe a SDH fazer isso, causando o duplo sentido; proposta que o
165 Conanda não só integre mas coordene esta ação; Miriam reflete a dificuldade de
166 tratar esse assunto, exemplifica com o caso de Pernambuco e afirma da
167 necessidade do judiciário; Carlos Nicodemos anuncia o pedido de vistas ao voto de
168 Jose Carlos permanecendo em aberto, Rodrigo e Renato pede vistas ao vote e
169 concede 10 dias para emissão do parecer; Sendo assim, som o segundo pedido de
170 vistas obriga a votação obrigatoriamente na próxima assembleia; Os adolescentes
171 do G38 Rodmam e Carol indagam porque apenas dois representantes do G38 e
172 questionam o papel deles na assembleia, uma vez que o Conanda não deixou claro,
173 perguntam o por que da ausência de crianças e adolescentes no conselho ne se a
174 participação do G38 está assegurada na próxima assembleia; Fabio Paes afirma
175 que há deliberação da participação de todo o G38 e apenas tropeça nas partes
176 administrativas; Segue os encaminhamentos quanto a participação do G38 nas
177 assembleias que a secretaria executiva irá resgatar. A pedido do Douglas houve a
178 inversão de pauta, prossegue com a pauta CMF. Douglas cita a situação de Osasco,
179 Mato Grosso do sul, sobre a chacina de Osasco no bairro de Munhoz por fruto da
180 ação de milícias, a proposta é que o Conanda possa agir diretamente no território,
181 chamada de “Conanda em ação” como projeto piloto em Osasco e Mato Grosso do
182 Sul e que seja instituída uma porta do Conanda no bairro da chacina com a placa
183 do Conanda e tem como objetivos monitorar as políticas públicas, as ações em
184 conjunto com os conselhos tutelares, promover oficina e coordenar os trabalhos e
185 trazer a resposta ao conselho; Miriam parabeniza pela ideia da CMF e recomendou
186 a interlocução com o CMDCA, pois, segundo a conselheira, não instituído fundo a

187 fundo as ações não chegarão diretamente na ponta; Maristela também parabeniza e
188 concorda com a ideia que se não for nessa linha que seja posto um edital para
189 locação do espaço; Antonio Lacerda analisou o plano de aplicação para identificar
190 onde inserir um projeto para crianças do campo e não vislumbrou e concorda com a
191 ideia do Douglas; Fabio concorda com a viabilidade dos programas piloto é um
192 ponto de defesa de direitos no território, diz que é uma situação de emergência pelo
193 caráter de chacina e que o custo benefício de uma assembleia descentralizada em
194 Osasco é benéfica; Antonio Jorge relata que na resolução 137 no art.15 sobre a
195 aplicação do fundo, art. 16 sobre as situações emergenciais da aplicação; Samia
196 afirma que é necessário inverter a ordem e concorda com o Douglas com tempo
197 determinado e situação de emergência; Maristela propõe que o conselho vote o
198 quanto de recurso ira alocar para os dois projetos; Douglas diz que um articulador
199 do Conanda no território despertará os demais atores, CMDCA e demais; Carlos
200 Nicodemos afirma que pela legislação ele descentraliza o recurso para execução
201 por vias institucionalmente legais, um a caminho a seguir e que seria uma
202 cooperação nos moldes da Flacso; Conselheiro Vitor diz que quanto ao mérito é
203 importante para o colegiado e o Conselheiro Douglas cria uma proposta mais
204 arredondada a COF para analisar a possibilidade de viabilizar e como será feito;
205 Miriam acrescenta que em Altamira criou uma casa de direitos com precedentes
206 para ser feito; Rodrigo Torres diz em amadurecer a ideia, pois em alguns aspectos
207 podem ser limitadores e mais uma vez será uma deliberação que não foi concluída.
208 O conselheiro questiona o papel desse representante do Conanda na ponta e cita
209 as formas de repasse que podem ser feitas: afirma que podemos avançar nesse
210 debate, mudar a cara do edital para uma maior participação das entidades, expor
211 que foi deliberada as ações do plano de aplicação que não veio no momento da
212 aprovação e propõem o detalhamento para melhor análise; Douglas entende o ponto
213 de vista do Rodrigo mas discorda e faz um apelo para visualizar a situação de outra
214 forma, pois as chacinas não deixarão de acontecer. O conselheiro propõe que
215 busque a forma de fazer e complementa se aprovado e não implementado
216 denunciárá; Edmundo concorda com Douglas e expõe seu ponto de vista quantos as
217 limitações para os entraves de viabilizar, encerra dizendo que não será fácil
218 implementar; Hélio informa que existem outros instrumentos legais para tal e rever o
219 edital; Carla Rodrigues, Presidente do CEDECA/MS questiona como se daria o

220 diálogo do Conanda com o CMDCA desse local da ação; Douglas esclarece o
221 procedimento; Magali compartilha da angústia e impotência, mas que o papel dele é
222 diferente, pois é preciso viabilizar e será um desafio, mas precisa estudar a forma de
223 fazer e não é possível aprovar agora em plenária; Ananias fala sobre os conselhos
224 estaduais e afirma que é dever a viabilização, que não tolerável a negativa em caso
225 de emergência a criança e adolescentes. O conselheiro solicita que viabilize o
226 quanto antes e se possível ir para plenária no dia onze de setembro; Segue os
227 encaminhamentos da plenária, termo de referencia para o coordenador da CMF
228 apresentar na COF e após uma emissão de parecer com prazo até o dia onze de
229 setembro para analisar e emitir parecer; Em seguida fala do CEDECA/CE; Miriam
230 elogia a força tarefa; Segue relatoria da CMF : Apresentação do voto relativo ao
231 pedido de vista da conselheira Angélica Goulart, na ausência o conselheiro Rodrigo
232 Torres, sobre deliberações e votação a distância, apresentação de proposta de
233 resoluções sobre porcentagens de investimento do fundo ao Sinase e CFC,
234 indicação de conselheiros(as) para representações do Conanda e protocolo de
235 funcionamento do GT's. A pauta sobre a Comissão de Políticas Públicas (CPP),
236 conselheiro Rubens apresenta questões da comissão, no encaminhamento chamar
237 Vidal Didonet, Marinete e Helio para apresentação na próxima assembleia; Rodrigo
238 vai compartilhar por e-mail os encaminhamentos da comissão submetendo a voto;
239 Heloisa faz um questionamento quanto o projeto de lei que está em sobreposição na
240 CDHAP e na CPP; os encaminhamentos da CPP estão aprovados; ao CDHAP, a
241 conselheira Heloisa apresentou e encaminhará por e-mail. Inversão de pauta, por
242 Douglas e segue a Comissão de Mobilização e Formação CMF, inicia com o GT da
243 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O conselheiro
244 Antônio Jorge prossegue com encaminhamentos na questão dos setenta e sete
245 representantes, listado os participantes e discutido a participação das crianças que
246 não conseguem participar das conferências estaduais, solicita ajuda para buscar
247 estas crianças e se manifeste por e-mail, sugestão de nomes para auxílio em alguns
248 pontos das conferências, prazo para montagem do texto é vinte e oito de setembro
249 para entrega no e-mail do Conanda, sugestão para escolha de locais, com espaço
250 para montagem de barracas etc, expõe proposta de programação para os dias da
251 conferência; conselheira Elisa sugere redefinir algumas dessas programações para
252 garantir a ideia principal do fórum; questiona de quem é a responsabilidade de

253 assinatura das questões do fórum para fazer uma série de demanda e solicitações;
254 conselheiro Lacerda ressalta que um ambiente como o pavilhão necessitava de
255 contratação para montar a estrutura de saúde, segurança e serviço em geral;
256 Rodrigo fala que a conferência criou um corpo e uma proposta, mas necessita de
257 um momento presencial e por Skype para fechar este evento, pois exige no mínimo
258 seis meses de planejamento e já estamos há três meses do evento para concretizar
259 as propostas de local com disponibilidade para discutir com a Flacso e ajustar as
260 tarefas e competências de cada parte e acredita que na semana será de definição;
261 segue os encaminhamentos; a secretaria executiva propõe data e horário da reunião
262 de Skype para fechar a conferência. As dezoito e trinta minutos encerrado primeiro
263 dia da assembleia. Não tendo mais nada a tratar a Senhor Vice-Presidente Carlos
264 Nicodemos encerrou os trabalhos às dezoito horas e trinta minutos, convocando os
265 Conselheiros para a continuidade da plenária no dia seguinte, a partir das nove
266 horas no auditório da SDH/PR. O Sr. Vice-Presidente abriu os trabalhos
267 cumprimentando a todos, apresentando em seguida o debate sobre a Política
268 Nacional dos Direitos das Crianças e Jovens Indígenas; Em seguida pedido da
269 conselheira Elisa de inversão da pauta para fala dos jovens; Rodman adolescente
270 membro do G38 agradece o convite e reforça a importância de participação dos
271 representantes dentro do Conanda e deseja que a participação não seja apenas
272 dentro do conselho, mas nas escolas para efetivar as políticas públicas dos direitos
273 das crianças e adolescentes; Carol adolescente do G38 expõe a pauta do
274 movimento negro da qual faz parte em Minas Gerais e relaciona a pauta do
275 movimento indígena e ambas estão sofrendo genocídio étnico racial, disse que o
276 estado não cumpre com a proteção do povo mas apenas do patrimônio privado,
277 sendo necessário desconstruir os estereótipos para não disfarçar os reais problemas
278 da sociedade e que é importante pensar numa intervenção eficaz; Carlos Nicodemos
279 faz uma explanação da plenária da manhã e informa que o objetivo do período
280 vespertino é um debate entre a sociedade civil e o governo sobre o tema. Foram
281 convidados para esta plenária representantes do Ministério da Justiça (Força
282 Nacional), Ministério da Saúde (SESAI); Ministério da Educação, Conselho Estadual
283 da Criança e do Adolescente do Mato Grosso do Sul, FUNAI e CIMI. O
284 representante do CIMI, Rafael Lacerda apresenta o relatório de violência e deixa
285 alguns exemplares com a secretaria, índio sem terra não é índio, solicita que os

286 apelos dos índios cheguem nos ministros do STF para agilizar o julgamento dos
287 processos de remarcação de terras indígenas e sem a demarcação dos territórios os
288 povos indígenas ficam restritos a saúde e a educação, sendo este o primeiro ponto
289 a se viabilizar, disse que os dados do CIMI são relativos a mortalidade na infância e
290 a limitação da educação dos povos indígenas, os dados preliminares do SESAI
291 apontam 785 mortes de crianças indígenas entre 0 a 5 anos e cita a presença do
292 representante indígena Avelino sendo importante para expor as violações sofridas
293 por estes povos, enfatiza que na Bahia segundo a denúncia dos povos não existe
294 escola para os indígenas Pataxós e finaliza solicitando ao Conanda atuação dentro
295 do judiciário para garantia dos direitos desses povos; O representante indígena
296 Avelino Vareio expõe o cenário da sua etnia no Mato Grosso do Sul, informa que
297 seu povo vem sofrendo violação dos direitos de crianças e adolescentes
298 historicamente desde 1940, no estado de Mato Grosso do sul os indígenas pedem
299 2% para remarcação de área para suas crianças e adolescentes, os índios entram
300 nas terras sem autorização mas não invadem pois estão retomando suas terras,
301 brigam por um espaço maior para moradia, produção e lazer, afirma que se viverem
302 no espaço concedido hoje, as crianças virarão mendigas e que s sempre vão lutar
303 pelos se us direitos e não vão desistir de garanti-los, relata que há oito anos atrás
304 houve um massacre a seu povo por parte dos fazendeiros e da população da cidade
305 e afirma que tem provas do massacre em seu computador, relata que as crianças e
306 adolescentes estão paralisados, sem sistema de saúde, sem educação com medo
307 dos proprietários das áreas em retomada e solicita que o conselho ajudem a resolver
308 os seus problemas, uma vez que o município se recusa ajudar, relata que o SESAI
309 não entra no território por medo dos fazendeiros, hoje estão no local de trezentas à
310 quatrocentas crianças que necessitam de cuidados, acrescenta que o Brasil tem que
311 superar o racismo e o preconceito que hoje eles sofrem e solicita ao Conanda um a
312 proposta e encaminhe para o poder público para que não parem com as
313 assistências sociais aos indígenas nos conselhos tutelares; Carla agradece o convite
314 e ressalta que o Mato Grosso do Sul está sofrendo e as crianças, adolescentes e
315 negros estão sendo privados dos seus direitos, indaga se existem várias CF para as
316 diferentes raças, sobre a ausência da representação de uma criança indígena na
317 plenária e solicita a prática dos discursos expostos na assembleia. Fabiano,
318 ouvidoria SDH, apresenta números de denúncias dos últimos 3 anos no disque 100

319 de crianças e adolescentes indígenas e cita as quatro categorias negligência,
320 violência psicológica, física e sexual; informa que o disque 100 são direcionados
321 com o máximo de urgência para acionar as redes municipais e as de âmbito federal;
322 Samia faz leituras das notícias no estado a respeito da situação indígena no estado;
323 Cita que a presença do ministro do MJ no estado foi providencial e diplomático, pois
324 fez reuniões com os indígenas e os fazendeiros, relata que o exército fez um
325 hospital de campanha para atendimento as pessoas, o poder econômico vale mais
326 que a vida humana, relata que a situação é um a guerra declarada , apresenta o
327 relatório técnico de morbimortalidade por causas externas no DSEI-MS em 2014,
328 informa que utiliza o nome do Conanda para ações efetivas e expõe que sente
329 diante dessas violações e não sabe mais a quem recorrer para pedir ajuda; O
330 representante da força nacional tenente Coronel Souza Filho fala sobre a atuação da
331 força no Estado do Mato Grosso do Sul, trabalhando na preservação da ordem
332 pública entre indígenas e não indígenas, com setenta policiais e atuando na
333 Fazenda primavera, fronteira, barra, pontos de bloqueios e fazendo escoltas das
334 crianças indígenas para retorno as escolas; Carlos Nicodemos abre para inscrições;
335 Junior, representante indígena indaga ao tenente Coronel sobre o que a Força
336 Nacional está fazendo para recolher as armas dos fazendeiros e averiguação de
337 quem massacrrou os indígenas e de quais armas partiram os disparos; Avelino,
338 representante indígenas coloca que o povo indígena não é motivado por ninguém a
339 invadir as terras, pois são capazes de decidir o que fazem, não há influência do CIMI
340 ou qualquer outra e pergunta ao coronel sobre a segurança na região, que os
341 soldados estão protegendo os fazendeiros e não os índios, informa que um soldado
342 declarou na rede social que estavam indo defender os fazendeiros, pede uma
343 justificativa pois era para defender ambos os lados; Daiara Tucano faz suas
344 colocações sobre a assembleia, que as pessoas que cometem suicídio passam por
345 alguma forma de violência, coloca ao tenente coronel sobre a prática de terrorismo
346 ocorrido no local, contra pessoas desprotegidas e afirma que no estado do Mato
347 Grosso do Sul ela precisa se esconder por ser indígena; Miriam encaminha para
348 inclusão na reunião a SEPIR e o MJ, indaga se para revistar as fazendas e casas
349 necessitam de autorização e a quem recorrer para solicitar estas autorização para
350 busca das armas; Elisa informa que já presenciou essas violações acontecerem em
351 vários acampamentos ciganos, não sabe em que Brasil vive, pois existem vários

352 para cada etnia, lembra que o Eca não especifica o recorte étnico racional, a raça,
353 cor e etnia devem ser respeitados e propõe a revisão de uma resolução do Conanda
354 nº91; Tenente Coronel responde as questões dizendo que a Força nacional é
355 constituída por integrantes de todos os entes federados, atualmente atua a Policia
356 Militar no território nos eixos já mencionados para alcançar o objetivo de retirar as
357 armas é necessário um mandado de busca mais abrangente, através da polícia
358 judiciária, delegados ou polícia federal que estejam apurando os casos pois estão no
359 local para proteção de todos e não de um grupo e existem atribuições a diversas
360 esferas de proteção e não apenas a Força Nacional; Maristela explana sobre a
361 lentidão da polícia judiciaria e fala sobre a questão de indenização das terras para
362 os fazendeiros; Antônio Lacerda explica que no campo existem dois projetos:
363 agronegócio e reforma agrária, que corre o risco de extinção, mas não tem plano de
364 ação que investiga a causa, o agronegócio está destruindo o campo e expõe o
365 sentimento de impotência que sente no momento, sem saber onde conversar e a
366 quem recorrer, diz que precisa ser apresentados soluções e não dados e ressalta
367 que é necessário fazer uma reflexão dos instrumentos do conselho pois não dão
368 conta de problemas emergenciais; Lucélia Aguiar diz ao Avelino que ao pedir
369 socorro se sufoca e emociona com o sofrimento dos povos indígenas e culpa o
370 estado brasileiro por não pôr em prática as leis, ressalta que o genocídio é culpa do
371 estado assim como o suicídio e o Brasil está numa falsa democracia racial; Ananias
372 fala que quando se referencia momento de emergência não tem a necessidade de
373 conte-la, o crime existe, o conflito está vivo e é importante entender que existe
374 momento de se proteger a vida; Fábio Paes sugere reconfigurar o Conanda e
375 estrutura, criar um contraponto ao plano de convivência, pensar em indicadores
376 maiores e contundentes, citou a importância de identificar os crimes de racismo e
377 oficializar representantes indígenas para participarem oficialmente das assembleias;
378 Clenir explana que as crianças indígenas que foram atendidas este ano falam que
379 a pior coisa é a morte de familiares, em seguida agressão física e o desequilíbrio
380 mental, automaticamente as crianças que retratam essa dor se sentem com baixa
381 autoestima e algumas se comparam a animais pegando fogo, ao lixo, tampa de
382 garrafa ao ponto de explodir e isso se relaciona ao alto índice de suicídios; Junior
383 entende que exista uma lado do brasil no campo, os ruralistas, ressalta que os
384 fazendeiros despejam veneno nas crianças quando sobrevoam as aldeias e as

385 invasões, fala que estão sendo envenenados há tempos e que seu filho tem medo
386 de dizer que é indígena; Daiara fala que o relatório do CIMI não contempla outros
387 indicativos de morte que são evidentes; Ananias diz que CMDCA de Minas Gerais
388 inclui a participação de crianças indígenas pela primeira vez; Carlos Nicodemos
389 seguiu com os encaminhamentos: Agendas para levar a pauta ao Ministérios da
390 Justiça, SEPIR,... e cita que o Conanda deve incitar a justiça estadual a liberar
391 autorização para revista nos ambientes de conflito, agenda com STF, com ministros
392 para discutir as demarcações das terras, reforçar que integre no projeto de escolas
393 de conselho este capítulo e recomendar aos conselhos tutelares que contemplem as
394 questões indígenas; Hélio julga que o contato com os ministros será difícil pois
395 segundo informações ele está sentado sobre o processo e solicita que priorize no
396 edital os projetos para violação e genocídio a população em vulnerabilidade para o
397 próximo edital; Fabio solicita que seja apresentado na próxima assembleia uma
398 flexibilidade de recurso para situação de emergência, relatório alternativo que
399 contemple a complexibilidade do caso com uma consultoria permanente para a
400 questão indígena; Carlos Nicodemos solicitou que Fabio direcione isso a mesa
401 diretora para focar uma consultoria na questão indígena, com avaliação, viabilidade
402 da proposta e acompanhamento das demandas agrárias e segurança; Heloiza
403 Greco, conselheira representante do Ministério da Justiça, propôs que a FUNAI
404 tivesse cadeira permanente como convidado do Conanda; Tendo sido os
405 encaminhamentos aprovados, o Sra. Vice Presidente informou sua saída e
406 substituição no Conselho por decisão institucional do movimento que representa; O
407 conselheiro Rodrigo Torres, representante da Secretaria de Direitos Humanos
408 agradeceu o Sr. Carlos Nicodemos em nome da secretaria, do conselho e em
409 seguida em nome do Conanda. **Encerramento.** Em seguida, Rodrigo Torres
410 informou que o plenário do Conanda deliberou que novas eleições na próxima
411 assembleia para a vice presidência, agradeceu a presença de todos e encerrou a
412 Assembleia, às dezoito, do dia onze, do mês de setembro, do ano de dois mil e
413 quinze.